

2021

MANUAL

SC GOVERNO ABERTO

SC GOVERNO ABERTO



O QUE É GOVERNO ABERTO, OGP, ÁREAS TEMÁTICAS.

O Governo Aberto refere-se a uma nova visão da Administração Pública que coloca o cidadão como prioridade para as políticas públicas e promove projetos e ações voltados ao aumento da transparência, à luta contra a corrupção, ao incentivo à participação social e à inovação.

Para melhorar a governabilidade e solucionar desafios públicos, os governos abertos se esforçam para acolher os seguintes princípios:

1. *ACESSO À INFORMAÇÃO.*

Acesso público à informação governamental. Como exemplo, temos: divulgação de dados abertos, publicação proativa ou reativa e criação de mecanismos legais para fortalecer o direito à informação.

2. *PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.*

Promoção de uma participação pública formal, mobilizando a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efetivo e responsivo.

3. *PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIZAÇÃO (ACCOUNTABILITY).*

Existem regras e mecanismos que estabelecem como os atores justificam suas ações, atuam sobre críticas e exigências e aceitam as responsabilidades que lhes são incumbidas.

4. *TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.*

Promoção de tecnologias que ofereçam oportunidades para o intercâmbio de informação, participação cidadã e colaboração.

Estes princípios sustentam práticas de governo aberto, as quais têm fomentado importantes parcerias, tais como a OGP.

A **Open Government Partnership – OGP** (em português, Parceira para Governo Aberto) é uma iniciativa internacional que une governos, cidadãos, organizações da sociedade civil, universidades e setor privado com o objetivo de tornar os governos mais transparentes, participativos, responsáveis e responsivos.

“ *O objetivo geral é assegurar que os governos estejam realmente a serviço dos cidadãos ao invés de estar a seu próprio serviço.* ”
(Barack Obama)

Por meio de sua atuação, a OGP busca assegurar que governos assumam compromissos concretos para promover a transparência e a participação cidadã, combater a corrupção e incentivar o desenvolvimento e o uso de novas tecnologias para fortalecer a governança.

A OGP foi fundada em 2011 por oito líderes de governos nacionais/oito países (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) e nove líderes de organizações da sociedade civil de diferentes países. Atualmente, 78 países e 76 governos locais integram a Parceria.

Os membros da OGP têm avançado nas questões de governo aberto e implantado importantes reformas para resolução de problemas públicos específicos em diferentes áreas de atuação, denominadas pela OGP de áreas temáticas.

ÁREAS TEMÁTICAS DA OGP

1. Anticorrupção:

Beneficiários Efetivos;
Contratação Aberta e Compras Públicas;
Integridade Política.

2. Espaço Cívico.

3. Governança Digital.

4. Abertura Fiscal.

5. Gênero.

6. Justiça.

7. Comunidades Marginalizadas.

8. Recursos Naturais:

Meio Ambiente e Clima;
Indústrias Extrativistas;
Direitos fundiários e planejamento do território.

9. Parlamentos Abertos.

10. Prestação de Serviço Público:

Educação;
Água e Saneamento;
Saúde.

11. Direito à Informação.

Ampliando ainda mais sua atuação nestas áreas temáticas, a partir de 2016, a OGP iniciou um movimento de envolvimento dos governos locais na iniciativa, chamada de OGP Local.

OGP LOCAL

A OGP reconheceu o importante papel dos governos locais na iniciativa de governo aberto, pois são eles que fornecem os serviços públicos mais essenciais e são eles que estão mais próximos da população. Esse trabalho, no entanto, requer governos locais efetivos e responsivos para, de fato, gerar impacto no cotidiano dos cidadãos. Assim, a OGP lançou, em 2016, o “Programa Piloto de Governos Subnacionais”, que envolveu 15 participantes, dentre os quais está a Prefeitura de São Paulo.

Considerando os resultados positivos alcançados durante o período piloto, o Comitê Gestor da OGP aprovou a expansão do programa, que continuaria priorizando a participação de prefeituras, governos locais, regiões, províncias e outros. Tal iniciativa passou a ser denominada “Programa OGP Local” e, atualmente, oferece 50 vagas para entes subnacionais do mundo inteiro, um resultado da expansão do programa.

SANTA CATARINA NA OGP

Em 2020, o Estado de Santa Catarina participou do processo seletivo promovido pela OGP para ocupar uma das 50 vagas exclusivas para entes subnacionais.

A inscrição do estado foi coordenada pela Controladoria Geral do Estado – CGE, pela Secretaria Executiva de Integridade e Governança – SIG, pela Secretaria Executiva de Articulação Internacional – SAI, contou com o endosso de duas organizações da sociedade civil – Observatório Social de Santa Catarina e Grupo de Pesquisa Politeia da UDESC – e teve o suporte e o comprometimento do Governador do Estado.

Ao tornar-se membro da OGP, após aprovação no processo seletivo, o Estado de Santa Catarina tornou-se o primeiro estado brasileiro a fazer parte desta iniciativa internacional. Este importante marco para o estado foi alcançado com base em seu histórico de iniciativas de abertura de governo e no contexto propício ao desenvolvimento de um Plano de Ação, dada a consistência das organizações sociais existentes.

COCRIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

A participação pública é um componente central do governo aberto e um elemento essencial para o sucesso do ciclo OGP. Por este motivo, os governos membros da OGP comprometem-se a desenvolver seus planos de ação por meio de um processo de cocriação de atores múltiplos. Dessa forma, o Plano de Ação deve contar com a participação ativa de organizações da sociedade civil e outros atores não governamentais, que passam a ter responsabilidades no processo.

RESPONSABILIDADES E ATIVIDADES DOS PARTICIPANTES

- Elaborar o Plano de Ação de Governo Aberto em conjunto com os demais participantes, garantindo mecanismos de participação e transparência em sua construção.
- Identificar e expor problemas que possam ser abordados no plano de ação e sugerir ações específicas para resolver estes problemas.
- Contribuir com os conteúdos do plano de ação, priorizando, selecionando e dando suporte na criação dos compromissos que podem ser incluídos no mesmo, endossando o plano final.
- Colaborar com outros participantes para tornar a participação de todos mais efetiva.
- Assumir, quando necessário, funções e atividades para implementação de um compromisso.
- Monitorar o processo de implementação dos compromissos e seus marcos, visando melhoria do processo OGP.
- Engajar com demais participantes para fomentar oportunidades de suporte e aprendizado em governo aberto.
- Ampliar o conhecimento do público sobre o processo OGP, compartilhando as informações sobre o plano de ação e seus resultados dentro e fora de sua instituição.
- Participar das ações de articulação e fortalecimento das iniciativas de governo aberto.

PLANOS DE AÇÃO

Os Planos de Ação são o objetivo da participação de um membro na OGP. Eles são o produto de um processo de cocriação em que governo e sociedade desenvolvem compromissos ambiciosos para promover transparência, accountability e participação pública.

As principais características do Plano de Ação são:

- Planos de Ação de sucesso: focam em prioridades significativas em governo aberto e reformas ambiciosas; são relevantes para os valores da OGP – transparência, accountability e participação pública; e contém compromissos específicos, mensuráveis e com tempo delimitado.
- Metas ambiciosas: A OGP objetiva promover reformas ambiciosas em governo aberto que ampliem para além do atual estágio do governo, melhorando significativamente o status quo pelo fortalecimento da transparência, accountability e participação pública no governo. Os governos participantes podem, nos seus planos de ação, escolher começar por novas iniciativas em governo aberto ou melhorar as reformas em curso. Eles também são encorajados a mostrar a melhoria de um plano de ação para outro.
- Relevância: Os governos participantes devem assegurar que cada compromisso incluído no plano de ação está claramente avançando um ou mais dos seguintes valores de governo aberto:
 - Transparência: Inclui a publicação de toda informação sob a guarda do governo (em oposição a apenas atividades do governo); divulgação de informações proativas ou reativas; mecanismos para fortalecer o direito à informação; e acesso aberto à informação do governo.
 - Accountability: Existem regras, regulamentos e mecanismos que chamam atores do governo a justificarem suas ações, agirem frente às críticas ou requerimentos e aceitarem a responsabilidade pela falha no que diz respeito a leis ou compromissos. Compromissos em accountability devem tipicamente incluir um componente voltado para o exterior (ou seja, eles não são relacionados apenas aos sistemas internos, eles devem envolver o público).

- Participação Pública: Governos procuram engajar cidadãos em um diálogo em políticas ou programas públicos e solicitam sua colaboração, feedback e contribuições, o que conduz a uma governança mais responsiva, inovadora e efetiva.
- Tecnologia e inovação: Os Governos reconhecem o papel das novas tecnologias na condução da inovação, bem como os benefícios do aumento da capacidade tecnológica e compreendem a importância de prover aos cidadãos o livre acesso à tecnologia. Dessa forma, o valor tecnologia e inovação deve atuar como suporte aos demais valores elencados anteriormente, não podendo servir como valor isolado.

COMPROMISSOS

O plano de ação é composto por compromissos de governo aberto assumidos pelos membros da OGP. Estes compromissos, por sua vez, são iniciativas concretas de curto prazo que visam alcançar resultados na abertura do governo.

Cada compromisso deve identificar claramente o problema que busca solucionar, o resultado esperado, os marcos, suas datas e suas implementações, os recursos disponíveis e as organizações responsáveis pela implementação do compromisso.

O Plano deve conter compromissos efetivos, claros e mensuráveis, além de atender ao acrônimo “SMART”:

SPECIFIC (*ESPECÍFICO*).

O compromisso descreve precisamente o problema que está tentando resolver, as atividades compreendidas e os resultados esperados.

MEASUREABLE (*MENSURÁVEL*).

É possível verificar o cumprimento do compromisso. Para garantir a *accountability* da implementação do compromisso, deve ser possível demonstrar que o compromisso foi completado. Isso significa que o Corpo de Monitoramento e os cidadãos podem checar o status do compromisso. Compromissos apenas serão avaliados se forem verificáveis.

ANSWERABLE (*PODEM SER EXECUTADOS*).

O compromisso especifica claramente o principal órgão responsável pela implementação e os órgãos de coordenação ou suporte; e, quando relevante e necessário, especifica outros parceiros da sociedade civil, multilaterais ou do setor privado que tenham um papel na implementação do compromisso.

RELEVANT (*RELEVÂNCIA*).

Para cada compromisso, o plano de ação deve explicar sua relevância para um ou mais dos valores de governo aberto destacados acima (transparência, *accountability*, participação pública e tecnologia e inovação).

TIME BOND (*LIMITE DE TEMPO*).

O compromisso estabelece claramente a data de conclusão, assim como as datas dos marcos, parâmetros de referência e outros possíveis prazos.

Os compromissos devem ter a duração mínima de um ano, mas eles podem se estender pelo período inteiro de um plano de ação. Uma vez que um compromisso é completamente implementado, ele deve ser verificado pelo Corpo de Monitoramento e um novo compromisso pode ser criado e incluído no plano de ação, desde que ele possa ser completamente implementado durante o período do plano.

Exemplos de compromisso:

- **4º Plano de Ação do Governo Federal 2020**

Compromisso 6. Implementar instrumentos e ações de transparência e acesso à informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação.

- **2º Plano de Ação São Paulo 2018**

Compromisso no. 1: “Orçamento” – Disponibilizar instrumentos de transparência da gestão fiscal, dando ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer e os relatórios de gestão fiscal.

Compromisso no. 5: “Combate à Corrupção” – Garantir a acessibilidade dos dados públicos de forma aberta, por meio de integração e qualificação de informações disponibilizadas sobre contratos, licitações e execução orçamentária / financeira do município de São Paulo, aprimorando os mecanismos já existentes, possibilitando melhores condições para a fiscalização cidadã dos processos licitatórios.

Marcos Mensuráveis:

5.1 Realizar diagnóstico sobre informações e sistemas da Prefeitura de São Paulo relacionados a contratos, licitações e execução orçamentária / financeira.

5.2 Apresentar proposta de aprimoramento da disponibilização de informações de forma aberta e integrada, relacionando-as quando possível à dimensão territorial.

5.3 Incentivar, por meio do edital do Programa Agentes de Governo Aberto, a inscrição de projetos relacionados à temática de licitações e contratações públicas.

5.4 Ampliar e aprimorar a qualificação dos servidores que atuam com licitações.

5.5 Padronizar e qualificar as publicações das licitações no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no PubNet.

5.6 Aprimorar os fluxos e processos para alimentação regular dos cadastros de empresas inidôneas e apenadas.

ANEXO I

Modelo do Compromisso para preenchimento on-line

Abaixo está o modelo com os campos de informações que devem ser completados para cada compromisso.

Responsáveis pelos compromissos e contatos

1. Número do Compromisso

2. Título do Compromisso

Descreva a ação específica que o compromisso irá atingir, distinguindo o compromisso dos outros no plano. Exemplo: "Criar o registro de propriedade beneficiário" ou "Publicar dados judiciais" ou "Melhorar o compliance com lei RTI".

3. Prazos

- Data de Início do Compromisso
- Data de Fim do Compromisso

4. Órgão do governo responsável pela implementação

Nome da Organização	Setor do Governo	Nome do Contato	Cargo	E-mail	Papel na Implementação

5. Ator não-governamental responsável pela implementação, se aplicável

Nome da Organização	Nome do Contato	Cargo	E-mail	Papel na Implementação

6. Outros atores envolvidos na implementação deste compromisso

(ex. Ministros de Governo, Departamentos, Órgãos, Organizações da Sociedade Civil, Grupos Comunitários, Setor Privado, ou Grupos de Trabalho)

Nome da Organização	Nome do Contato	Cargo	E-mail	Papel na Implementação

Descrição do Compromisso

7. Problema

Descreva o problema econômico, social, político ou ambiental identificado que este compromisso busca resolver. (ex: "Má alocação dos fundos de previdência" é mais adequado que "falta de um site".)

8. Situação atual

Descreva a situação atual da questão pública no início do plano de ação. (ex. 26% de denúncias de corrupção judicial não são processadas corretamente.)

9. Ação

Qual é o compromisso? Descreva o que o compromisso envolve, quais os resultados esperados e o objetivo geral.

10. Como o compromisso contribuirá para resolver o problema público?

Quais são os produtos e resultados esperados uma vez que o compromisso seja implementado?

11. A qual objetivo de longo prazo identificado na sua Visão Estratégica de Governo Aberto este compromisso está relacionado?

12. Área de Política Primária

Favor indicar a prática ou política mais relevante para este compromisso. Selecionar até duas áreas da seguinte lista: Abertura Fiscal, Conflito de Interesse, Divulgação de Ativos, Controles e Auditorias, Proteção contra delação, Contratação Aberta, Compras Públicas, Beneficiários de Propriedade, Espaço Cívico, Dados Abertos, Direito a Informação, Eleições e Financiamento Político, Lobbying, Abertura Legislativa, Inclusão, Governança Digital, Resposta à Pandemia, Redes de proteção e Inclusão econômica, Taxas, Estímulo e Recuperação Econômica, Governança regulatória, Controle Social.

13. Setor Primário

Favor indicar o setor primário mais relevante para este compromisso. Selecione até dois setores da seguinte lista: Setor Privado, Mídia e Telecomunicações, Educação, Saúde e Nutrição, Água, Saneamento e Higiene, Infraestrutura e Transporte, Indústria Extrativista, Clima e ambiente, Planejamento territorial, Ciência e Tecnologia, Serviços Públicos (geral), Justiça, Legislatura, Intersetorial, Segurança Pública.

14. Este compromisso é relevante para qual valor da OGP?

Selecione o valor da seguinte lista: Transparência, Participação Pública, Accountability, Tecnologia e Inovação para Transparência, Tecnologia e Inovação para Participação Pública, Tecnologia e Inovação para Accountability.

15. Quais recursos são necessários para alcançar este compromisso?

Favor incluir orçamento, pessoal, tempo e contribuições da sociedade civil e outras organizações e qualquer outro recurso necessário.

16. Os recursos necessários para cumprir o compromisso já estão garantidos?

17. Marcos

Marco #	Descreva o produto da entrega	Data Início	Data Fim	Órgão Responsável	Pessoa de Contato
		DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY		
		DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY		

18. Informações Adicionais [Opcional]

Use este espaço adicional para dar outras informações úteis, por exemplo:

- Links para outros programas de governo.
- Links para o plano nacional de desenvolvimento ou outros planos locais ou setoriais.
- Link para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Análise da perspectiva de gênero.

SC GOVERNO ABERTO



GOVERNO DE
SANTA CATARINA